

RES DA MATA MACHADO (revisão linguística) e JOSÉ FREDERICO MARQUES, (revisão técnico-jurídica). Com relação à Lei de Execução Penal informou que em virtude de seu conteúdo atender a um processo lógico de sequência aos projetos anteriores de Código Penal e Código de Processo, ela sofreu um retardo normal, mas que, no momento, estavam totalmente voltados para sua elaboração, tendo em vista os vários encontros da Comissão nos Estados do Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. E, quando da última reunião em São Paulo, acabaram por concluir o esboço inicial da referida lei - Deste esboço participaram os Senhores Professores RENÉ ARIEL DOTTI, NEGI CALIXTO, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, REGÉRIO LAURIA TUCCI, MIGUEL REALE JÚNIOR, SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e o expositor da presente. Relatou ainda que na reunião realizada em Brasília lançou o anteprojeto à discussão, estando presentes nesta os Professores BENJAMIN MORAES FILHO e FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES: Na discussão em apreço concluíram pela elaboração de um texto final do anteprojeto a qual seria levada a efeito em reuniões futuras a serem acertadas. Ao finalizar o expositor enfatizou que a Comissão entregará ao Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça, o anteprojeto em tela, no prazo combinado. Secundando as palavras do Senhor Coordenador das Comissões Revisoras do Sistema Criminal Brasileiro, o Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI - Presidente da Comissão de Execução Penal - solicitou que fosse consignado ao Presidente do CNPP e a sua Secretária, votos de louvor pelo apoio que recebera quando das reuniões realizadas em Curitiba e São Paulo. A seguir, o Senhor Presidente agradeceu ao Coordenador, ao Presidente e integrantes da Comissão, pelas gentilezas manifestadas e principalmente pela segurança com que o grupo vem desenvolvendo relevantes e valiosos serviços. Neste momento a Comissão retirou-se para outro recinto com o objetivo de prosseguir nos trabalhos que ora realizam. O Senhor Presidente voltou à Sessão do CNPP e passou a palavra ao Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO, que, antes de se retirar para integrar a Comissão, comunicou que para comemorar a reunião realizada no Rio de Janeiro sobre a Lei de Execução Penal, o Professor CAIO MÁRIO MEIRA DE VASCONCELOS, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro vai inaugurar uma placa naquela Faculdade, alusiva à referida reunião. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro NABOR CESAR SIQUEIRA que apresentou relatório parcial sobre o projeto de prioridades do CNPP, a seguir mencionado. "Impossibilitado, ainda, de emitir relatório final e apresentar o planejamento de prioridades, a Comissão designada por Vossa Excelência apresenta quadros demonstrativos de projetos de construção, reforma e ampliação de estabelecimentos prisionais, levados ao Conselho de Desenvolvimento Social-CDS para obtenção de recursos a "fundos perdidos". Trazemos, também, ao conhecimento do Conselho, relação de pedidos (projetos) visando o aparelhamento agrícola, pecuária e industrial de estabelecimentos prisionais. Tais projetos foram encaminhados ao Departamento Penitenciário Federal e ainda não sofreram exame, posto que chegaram àquele Departamento recentemente. Carecem, ainda, de eleição do Estado e do estabelecimento prisional a ser favorecido; em caso de se pretender atender a todos, a ordem de atendimento, desde que se consigna recursos extraordinários. A razão de processos de construção, reforma e ampliação de estabelecimentos terem sido encaminhados ao representante do Ministério da Justiça junto ao CDS, explica-se por se tratar de projetos já aprovados e com convênios firmados, estando a execução das obras em andamento e mesmo algumas em fases de conclusão. Lembrando ao digno Presidente que o Ministério da Justiça tem editadas "Regras Básicas para uma Programação Penitenciária" e de se esclarecer se elas dispensam o pronunciamento do Conselho sobre o atendimento de cada projeto separadamente, posto que os objetivos dos projetos se enquadram dentro das diretrizes governamentais de reformulação e sistematização penitenciária. Também esta Comissão espera esclarecimentos acerca da apreciação de prioridades e objetivos, face às "Regras Básicas" mencionadas, entendidas as prioridades como a ordem indicadas naquelas Regras e não a eleição do Estado e estabelecimento a ser beneficiado. Pensamos ser conveniente o Conselho pronunciar sobre as "Regras Básicas" e se entender necessário reformulá-las ou mesmo substituí-las. No concernente a projetos especiais como o "Programa de Recursos Humanos" e "Fundação Roberto Marinho", o Conselho já manifestou a respeito. Cabe esclarecimentos, por último, a respeito de eleição dos Estados e de estabelecimentos prisionais quanto a projetos de construção, reforma e ampliação de estabelecimentos prisionais, assim como pronunciamento sobre quantitativos dos auxílios aos Estados, em se tratando de recursos orçamentários". Ao concluir o relatório em apreço o Senhor Presidente passou a palavra ao Dr. MARTINHO ALVARES DA SILVA CONTAGEM FILHO, representante do Ministério da Justiça junto ao G.T.E. - Grupo Técnico Especial do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, que informou sobre as categorias de desembolso do FAS, demonstrando assim as possibilidades do CNPP junto ao órgão que se faz representar. Vinculado a este assunto o Senhor Diretor do DEPEN teceu alguns comentários sobre o andamento das obras iniciadas e concluiu encaminhando à Presidência um relatório mais completo sobre o assunto em tela. Em seguida o Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ relatou sobre o andamento das providências relativas à realização do Encontro Nacional de Política Penitenciária e, atendendo a sugestão do Senhor Presidente do CNPP e subsequentemente endossada pelo Colegiado, o conclave teve seu âmbito ampliado para a realização de um Congresso, objetivando a ampla discussão e integração a nível nacional, dos princípios filosóficos e das reformas da atual política penitenciária. A data de realização do Congresso será determinada para os próximos meses. Ao final da exposição o Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAUJO JUREMA solicitou fosse registrado na presente, um voto de aplauso ao Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ, pela profundidade e interesse com que desenvolve os trabalhos que o CNPP lhe delega. O Senhor Presidente acolheu a solicitação e dado a exiguidade do tempo, deu por encerrada a sessão. Merecendo aprovação a presente Ata, vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO  
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária Executiva - CNPP

## Ministério do Exército

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MINISTERIAL Nº 453, DE 05 DE MAIO DE 1981.

INSTRUÇÕES GERAIS PARA INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E INDICAÇÃO DE CANDIDATOS A CURSO DE INFORMAÇÕES DA ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES (IG 10-09)

### O Ministro de Estado do Exército.

de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército,

R E S O L V E:

1. Aprovar as Instruções Gerais para Inscrição, Seleção e Indicação de Candidatos a Curso de Informações da Escola Nacional de Informações (IG 10-09), que com esta baixa.
2. Revogar a Portaria Ministerial nº 274, de 24 de fevereiro de 1977.

WALTER PIRES

#### 1. FINALIDADE

Regular a inscrição, seleção e indicação dos candidatos à matrícula em Curso de Informações, da Escola Nacional de Informações.

#### 2. OBJETIVO DOS CURSOS

##### a. Curso de Informações - Categoria "A"

Preparar os candidatos admitidos para exercerem as funções de Analista de Informações, capacitando-os particularmente a: